



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002656-56.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto**
 Requerente: **Luzia Ignacio Faria**
 Requerido: **Sony Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido dois aparelhos de telefonia fabricados pela ré, os quais no mesmo dia apresentaram problemas de funcionamento.

Alegou ainda que eles não foram sanados após o envio à assistência técnica, de sorte que almeja à substituição por outros.

A diligência cristalizada na certidão de fl. 43 confirmou o relato da autora ao Oficial de Justiça encarregado de implementá-la.

Por outro lado, é incontroverso que a autora encaminhou os aparelhos à assistência técnica (fls. 05/08), bem como que tentou solucionar a pendência junto ao PROCON local, sem êxito (fls. 02/04).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros concretos que apontassem para direção contrária, respalda as alegações da autora, não sendo crível que ela percorresse todo o caminho assinalado se os aparelhos estivessem funcionando regularmente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outro lado, a ré em genérica contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora ou as provas que ela coligiu, preferindo tecer considerações sobre a inexistência de danos morais quando não foram objeto de postulação em momento algum.

É o que basta para, não sendo os vícios apontados sanados no trintídio, aplicar-se à hipótese a regra do art. 18, § 1º, inc. I, do Código de Defesa do Consumidor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a substituir os produtos tratados nos autos por outros da mesma espécie ou outra superior (sem ônus à autora nesse caso), em perfeitas condições de uso, no prazo de dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 4.000,00.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Efetuada a substituição dos produtos, a ré poderá reaver em trinta dias aqueles que se encontram em poder da autora, cabendo a esta, se tal não ocorrer, dar-lhes a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**